Quando se verificarem três anos consecutivos de não cumprimento do objectivo de emissão ao nível do mesmo operador, independentemente do objectivo de emissão sectorial ser ou não excedido.

4 — *Dever de informação.* — 4.1 — Medidas de redução das emissões. — Tendo em conta que, por condicionantes diversas, devidamente explicitadas no capítulo 4 do PNRE, as medidas de redução das emissões que serão adoptadas em cada instalação não foram especificadas, os operadores deverão até 31 de Março de 2005 notificar oficialmente o IA com essa informação. Essa notificação terá de reflectir a forma progressiva com se pretende atingir o objectivo de emissão em causa, pelo que, por instalação, deverão ser especificadas as medidas a implementar, afectando a cada uma:

A sua eficiência e quantificação da redução das emissões que se pretende atingir;
Um cronograma de implementação.

O IA deverá ser informado de quaisquer alterações relevantes às medidas ou datas comunicadas de acordo com o parágrafo anterior.

4.2 — Encerramento de uma instalação. — O encerramento definitivo de uma instalação incluída no Plano deverá ser notificado ao IA, pelo respectivo operador, seis meses antes da sua concretização. O IA procederá então à redução do ONE na proporção da contribuição afecta à instalação encerrada.

4.3 — Dados para controlo da aplicação do PNRE. — Tendo em conta o n.º 3.1, e por forma a permitir a verificação do cumprimento do ONE, deverão ser reportados ao IA, por instalação:

Até 31 de Março de cada ano civil:

Informação relativa às previsões, para o próprio ano, sobre o objectivo de emissão, por poluente;

Trimestralmente, discriminados por mês:

- Consumos de combustível (em toneladas) e respectivos PCI e densidade médios;
- Caudal volumétrico médio mensal (em metros cúbicos);
- Concentração média mensal de SO_2 , NO_x e partículas (mg/Nm^3) ou, quando aplicável, determinação das emissões com recurso a factores de emissão;
- Número de horas de funcionamento normal;
- Quantidade de poluente emitida (em toneladas);
- Composição de cada tipo de combustível consumido (C, H, S e N), na ausência da qual, o IA recorrerá a valores tabelados (*Revised 1996 IPCC Guidelines for National GHG Inventory*).

No âmbito do PNRE, a verificação do cumprimento dos objectivos de emissão será feita tendo por base a quantidade de poluente emitida referida na alínea e), acumulada nos quatro trimestres, em toneladas, e é garantida pela metodologia descrita nos números anteriores do presente documento.

ANEXO III

(ao protocolo para implementação do Plano Nacional de Redução de Emissões)

Grandes instalações de combustão abrangidas pelo Plano Nacional de Reduções de Emissões

Instalação 1: . . .
Operador responsável pela instalação: . . .
Instalação 2: . . .
Operador responsável pela instalação: . . .
(...)

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 5937/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território:

Gisela Maria Fontes Amaral, auxiliar administrativa do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza — autorizado o início de uma licença sem vencimento pelo período de um ano, nos termos dos artigos 76.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Fevereiro de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

Despacho (extracto) n.º 5938/2005 (2.ª série). — Por despachos de 11 e 13 de Janeiro de 2005, respectivamente do Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação:

Maria de Fátima Crespo Duarte Vitorino Carvalho, assessora principal do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, na situação de licença sem vencimento em organismo internacional pelo período de cinco anos, desde 1 de Novembro de 2000 — concedida nova licença sem vencimento para exercer funções como agente temporário no Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência até 31 de Janeiro de 2009, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 89.º e do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Fevereiro de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde)

Aviso n.º 2878/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, avisam-se os funcionários do quadro de pessoal da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde) de que a lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada na sede da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde), para efeitos do disposto no artigo 95.º do mesmo diploma.

25 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *Francisco José Torres Sampaio*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 11/2005/T. Const. — Processo n.º 192/2002. — Acordam em plenário no Tribunal Constitucional:

I — **Relatório.** — 1 — Notificado do Acórdão n.º 486/2004, tirado na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional, que julgou inconstitucional a norma do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil, aplicável por força do artigo 1873.º do mesmo Código, por violação das disposições conjugadas dos artigos 26.º, n.º 1, 36.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa, veio o recorrido, Luís Filipe Santos Arriscado, interpor o presente recurso para o plenário, nos termos do artigo 79.º-D, n.º 1, da Lei de Organização, Funcionamento e Processo no Tribunal Constitucional, com fundamento na divergência daquele aresto em relação a decisão tomada, quanto à mesma norma, nos Acórdãos n.ºs 99/88 e 413/89.

Admitido o recurso, o recorrente concluiu nas suas alegações:

«Face a estes dois acórdãos do Tribunal Constitucional — n.ºs 99/88 e 413/89 —, atrás mencionados, e agora transcritos acima nas suas partes mais essenciais, e, *in casu*, mais significativas, que levaram, e concluíram, as suas, e pelas suas, não inconstitucionalidades da norma jurídica do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil, temos, agora, e para conclusão, de dizer, e concluir, que tais dois acórdãos — o n.º 99/88 e o n.º 413/89 — estão em nítida, intrínseca e flagrante contradição com o nosso, aqui recorrido, Acórdão n.º 486/2004 e aqui em análise no presente recurso, e proferido por este Tribunal Constitucional em 7 de Julho de 2004, nestes autos de recurso n.º 192/2002, e cuja decisão deste supremo órgão judicial fechou uma série ininterrupta e uniforme de êxitos processuais, desde a 1.ª instância até àquele supremo tribunal de justiça, êxitos esses para o aqui recorrente Luís Filipe Santos Arriscado, pois que sempre todas as instâncias judiciais consideraram aquela acima norma do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil como uma norma absoluta e totalmente constitucional.

Dado que, assim, esta última disposição legal do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil configura, como aliás sempre o configurou, uma mera condição legal do exercício do direito da investigação da paternidade dos filhos nascidos — como o A. — fora do casamento, ficando, também deste modo, assegurados todos os direitos constitucionalmente protectores, quer para aqueles filhos quer para as famílias dos pais investigados e para estes próprios pais — máxime os artigos 26.º, n.º 1, 36.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, para os primeiros, e os artigos 67.º, n.ºs 1 e 2, e este nas suas alíneas a) e b), e ainda o artigo 68.º, n.º 1.

Assim, e da mesma forma, se espera que este alto Tribunal Constitucional, em seu plenário, venha a decidir revogar — total e completamente — aquela sua atrás falada, e ora em recurso, decisão, pro-